



Diário Oficial do

MUNICÍPIO

PODER EXECUTIVO • BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS

IMPRESA ELETRÔNICA

Lei nº 12.527



A Lei nº 12.527, sancionada pela Presidente da República em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A publicação da **Lei de Acesso a Informações** significa um importante passo para a consolidação democrática do Brasil e torna possível uma maior participação popular e o controle social das ações governamentais, o acesso da sociedade às informações públicas permite que ocorra uma melhoria na gestão pública.

Veja ao lado onde solicitar mais informações e tirar todas as dúvidas sobre esta publicação.

Atendimento ao Cidadão

Presencial



Rua Dois de Maio, 453,
Centro

Telefone



77 3668-2243

Horário



Segunda a Sexta-feira,
das 07:00 às 12:00 h

Diário Oficial Eletrônico: Agilidade e Transparência



Efetivando o compromisso de cumprir a **Lei de Acesso à Informação** e incentivando a participação popular no controle social, o **Diário Oficial Eletrônico**, proporciona rapidez no processo de administração da documentação dos atos públicos de maneira eletrônica, com a **segurança da certificação digital**.

Assim, Graças ao Diário Oficial Eletrônico, todos os atos administrativos se tornam públicos e acessíveis para qualquer cidadão, de forma **rápida e transparente**, evitando o desconhecimento sobre as condutas do Poder Público.

Um dos aspectos interessantes é a sua divisão por temas para que a consulta seja facilitada. Assim, o Diário Oficial é segmentado em partes: emendas constitucionais, leis, decretos, resoluções, instruções normativas, portarias e outros atos normativos de interesse geral;



RESUMO

LICITAÇÕES

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2022PE - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2022CPL. OBJETO: AQUISIÇÃO DE BALANÇA MECÂNICA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1500 KG PARA PESAGEM DE ANIMAIS, PARA IMPLANTAÇÃO NO FUTURO CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ANIMAIS NO MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 06/2022 FIRMADO COM O ESTADO DA BAHIA, POR INTERMÉDIO DA SEAGRI E O MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS-BA

RECEBIMENTO DE RECURSO

- RECEBIMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2022PE - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106/2022CPL - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE COM SISTEMAS INTEGRADOS (SITE), CONTENDO TODAS AS FERRAMENTAS EXIGIDAS PELAS LEIS 12.527/11 E LC 131/09, COM SISTEMAS DE PUBLICAÇÃO OFICIAL DOS ATOS DA PREFEITURA NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO NA INTERNET COM CERTIFICAÇÃO DIGITAL E CARIMBO DE TEMPO E PUBLICAÇÃO AUTOMÁTICA NA INTERNET DO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO ONLINE E IMPRESSO, BEM COMO A PUBLICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS EM OUTROS VEÍCULOS, SEJAM: DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU) E JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA

RECEBIMENTO DE PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- PEDIDO DE ESCLARECIMENTO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2022PE - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2022CPL. OBJETO: AQUISIÇÃO DE BALANÇA MECÂNICA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1500 KG PARA PESAGEM DE ANIMAIS, PARA IMPLANTAÇÃO NO FUTURO CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ANIMAIS NO MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 06/2022 FIRMADO COM O ESTADO DA BAHIA, POR INTERMÉDIO DA SEAGRI E O MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS-BA

OUTROS AVISOS

- ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO - TOMADA DE PREÇOS N.º004/2022TP - CONTRATO N.º 112/2022 - HFG COSNTRUTORA LTDA - CNPJ Nº 38.948.746/0001-02





RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2022CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2022PE

LICITAÇÃO BB: 945781

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BALANÇA MECÂNICA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1500 KG PARA PESAGEM DE ANIMAIS, PARA IMPLANTAÇÃO NO FUTURO CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ANIMAIS NO MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS – BA, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 06/2022 FIRMADO COM O ESTADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES ESTIMADAS, DESCRITAS NO ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) DO EDITAL.

DAS PRELIMINARES:

Pedido de Esclarecimento interposto tempestivamente pela empresa **VITANET CCOMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS & TRANSPORTES RODOVIÁRIOS EIRELI-EPP**, inscrita no **CNPJ nº NÃO INFORMADO**, recebido através de e-mail.

DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

PERGUNTA: A empresa solicita através de e-mail, informações referentes ao processo licitatório: “Boa tarde senhores, em análise ao edital observamos que no mesmo menciona que esse processo se trata de um Registro de Preços, entretanto não cita qual a validade desse Registro. Por este motivo buscamos esclarecer se este processo realmente se trata de um Sistema de Registro de Preços, e se sim, qual é a validade do mesmo. Agradecemos vossa atenção e ficamos no aguardo de um retorno. Cordialmente, Gabriel Ferreira”.





RESPOSTA: Trata-se de Pregão Eletrônico com objeto **AQUISIÇÃO DE BALANÇA MECÂNICA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1500 KG PARA PESAGEM DE ANIMAIS, PARA IMPLANTAÇÃO NO FUTURO CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ANIMAIS NO MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS – BA, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 06/2022 FIRMADO COM O ESTADO**, através do portal Licitações-e (<http://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp>) nº **945781**. Observando o item 3.1 do Termo de Referência, anexo ao Edital, o fornecimento será realizado de forma única, conforme ordem de fornecimento emitida pela secretaria, de acordo com as suas necessidades e item 6.3, Prazo de entrega: 10 (dez) dias úteis após a emissão da Ordem de Fornecimento pelo setor responsável e se trata de apenas um item, caracterizando entrega única.

Isto posto, dê ciência aos esclarecimentos do conteúdo deste expediente, com a publicação do mesmo no site do município de Sebastião Laranjeiras e continuidade dos trâmites relativos ao procedimento licitatório.

Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Sebastião Laranjeiras, em 30 de junho de 2022.

TAYGUARA DO NASCIMENTO VIEIRA SANTOS
Pregoeiro Oficial
Decreto Municipal 001/2022



Ilustríssimo Senhor, TAYGUARA DO NASCIMENTO VIEIRA SANTOS. Pregoeiro da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de SEBASTIÃO LARANJEIRAS-BA.

RECURSO CONTRA INABILITAÇÃO

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 016/2022

KAYROS TECNOLOGIA, PUBLICAÇÕES, EVENTOS E CURSOS LTDA, empresa de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.864.512/0001-55, sediada à RUA EWERTON VISCO, 290, ED. BOULEVARD SIDE EMPRESARIAL, SALA 1901, CAMINHO DAS ARVORES, CEP 41.820-022, SALVADOR – BAHIA, por seu representante legal infra assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea "a", do inciso 1, do art. 109, da Lei n.º 8666 / 93, à presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO,

Contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que desclassificou a RECORRENTE, demonstrando os motivos de seu inconformismo pelas razões a seguir articuladas:

I – DA TEMPESTIVIDADE DO PRESENTE RECURSO

Antes de se adentrar no mérito do recurso, necessário frisar que a apresentação do mesmo está de acordo com o prazo estabelecido na Lei Federal n.º 10.520/2002, art. 4º, XVII, conforme transcrição abaixo:

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a



correr do término do prazo do RECORRENTE, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

Tendo em vista que o certame deu-se início em 28/06/2022 (terça-feira) e encerrou-se no sistema do Portal do licitações-e.com.br no mesmo dia e data, sendo que às 14:09:44, o r. Pregoeiro, sentenciou que *“Por essas razões, devidamente expostas e fundamentadas, fica a empresa KAYROS TECNOLOGIA PUBLICACOES EVENTOS E CURSOS LTDA, DESCLASSIFICADA do presente certame.”*, e logo em seguida, às 14:24:34, a RECORRENTE manifestou a intenção de recorrer, uma vez que só havia 02 (dois) licitantes, cuja admissibilidade do recurso, pelo r. Pregoeiro, ocorreu às 15:50:48, a contagem do prazo recursal inicia-se no primeiro dia útil subsequente, ou seja, na quarta-feira, dia 29/06/2022, vencendo em 01/07/2022 (sexta-feira). Estando, portanto, tempestiva o presente recurso.

II—DOS FATOS SUBJACENTES

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitacional susografado, a RECORRENTE inclinou-se a participar com a mais estrita observância das exigências editalícias.

No entanto, a douta Comissão de Licitação julgou a subscrevente inabilitada sob a alegação de que a mesma descumpriu o item 9.3.3, alínea “b”- que se refere ao Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, comprovação da boa situação financeira, que será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) maiores que um (>1), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas correspondentes, mediante seguinte acusação:

“a empresa RECORRENTE de ter acostado documentação precária. Além de não acostar a comprovação de inscrição do profissional contábil que assina o documento, o mesmo segue sem autenticação própria ou digital da própria JUCEB, ainda que atestando a empresa que o perfurado é elemento suficiente o mesmo não confirma sua autenticidade. Ademais, o balanço também não possui termo de abertura e de encerramento, havendo apenas a escrituração simplificada em peça única. Por se tratar de vício insanável, não há possibilidade de abertura de diligências ao referido caso. Também não se trata de excesso de formalismo ou restrição de caráter competitivo, vez que a medida está cristalizada no art. 31, inciso I, da Lei 8.666/93, bem como no instrumento convocatório, ao qual o licitante expressou total concordância com os termos já edificados, vez que não protocolou qualquer impugnação ou discordância das condições editalícias.”

Ocorre que, essa decisão não se mostra consentânea com as normas legais aplicáveis à espécie, como adiante ficará demonstrado.



II— AS RAZÕES DA REFORMA

A Comissão de Licitação ao considerar a RECORRENTE desclassificada sob o argumento acima enunciado, incorreu na prática de ato manifestadamente ilegal.

Senão vejamos:

De acordo com a alínea “b” e sub-alínea “b1” do item 9.3.3 do edital guereado, dispositivo tido como violado, a licitante deveria satisfazer:

b. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do Último Exercício Social, já exigíveis e apresentados na “forma da lei” e devidamente registrado, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

b1. O Balanço e as Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por contador, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

Observemos que as já enumeradas alínea e sub-alínea estão elencadas no item 9.3.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA, expressam a obrigatoriedade de apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social exigíveis “na forma da lei” e devidamente registrado, que comprovem a boa situação financeira da empresa,

Nesta senda, a RECORRENTE apresentou o Balanço Patrimonial, exercício de 2021, devidamente autenticado pela JUCEB – Junta Comercial do Estado da Bahia, conforme perfuração comum em todas as páginas do Livro Diário, pois é o que temos, fornecidos pelo Órgão de Registro, demonstrado nas figuras 1 e 2, a seguir:

Balanço Patrimonial		Página: 36
KAYROS TECNOLOGIA, CONTABILIDADE, AUDITORIA, EVENTOS E CURSOS LTDA		Ref: 01/12/2021 a 31/12/2021
Rua EWERTON VISCO 290/ED. BOULEVARD SIDE EMPRESARIAL SALA 101, Caminho das Árvores, Salvador/BA - CEP 41820-022 / CNPJ:33.864.512/0001-55 / NIRE: 29204625810		
ATIVO		14.251,35 R
ATIVO CIRCULANTE		75.809,02 D
DISPONÍVEL		75.490,58 D
CAIXA GERAL		75.490,58 D

Este documento foi assinado digitalmente por Kayro Dos Santos Silva.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 150E-7577-993C-87F7.



Balanco Patrimonial

KAYROS TECNOLOGIA, CONTABILIDADE, AUDITORIA, EVENTOS E CURSOS LTDA

Página: 37

Ref: 01/12/2021 a 31/12/2021

Rua EWERTON VISCO 290/ED. BOULEVARD SIDE EMPRESARIAL SALA 101, Caminho das Árvores, Salvador/BA - CEP 41820-022 / CNPJ:33.864.512/0001-55 / NIRE: 29204625810

SOB AS PENAS DA LEI, DECLARAMOS QUE AS INFORMAÇÕES AQUI CONTIDAS SÃO VERDADEIRAS E NOS RESPONSABILIZAMOS POR TODAS ELAS. EM CUMPRIMENTO AO QUE DETERMINA O PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 1.184 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO, LEI 10.406 DE 10_01_2002, ASSINAMOS O PRESENTE TERMO DE RESPONSABILIDADE RELATIVO A FIDELIDADE E A REALIDADE DOS SALDOS DAS CONTAS AQUI LAVRADAS, CONSOANTE AS EXIGÊNCIAS DO ART. 1.188 DO MESMO CÓDIGO. OS REGISTROS DO EXERCÍCIO FORAM REALIZADOS COM AMPARO EM DOCUMENTAÇÃO COMPETENTE, REPASSADA AO PROFISSIONAL ENCARREGADO DA ESCRITA CONTÁBIL, ESTE NA QUALIDADE DE PROPOSTO DOS SÓCIOS DA EMPRESA, ASSIM COMO, OS INVENTÁRIOS FÍSICOS DOS ELEMENTOS PATRIMONIAIS E AS PERTINENTES AVALIAÇÕES, ESTES EFETUADOS SOB DIRETA RESPONSABILIDADE DO EMPRESÁRIO SIGNATÁRIO DESTE TERMO.

Tratando-se de único documento solicitado no edital, assim foi acostado, comprovando a boa situação financeira da RECORRENTE, com todos os índices maiores que 1 (>1), atendendo à alínea “b” do item 9.3.3., Liquidez geral = 1,804; Liquidez Corrente = 26,356; Índice de Solvência = 3,430; Endividamento Geral = 29,15%; e Liquidez Imediata = 26,217, conforme demonstra a **Análise Financeira – Índices de Liquidez**, também acostada e assinada pelo responsável legal e contador.

No que diz respeito ao sub-alínea “b1”, do **Balanco Patrimonial** estar assinado por contador, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, também não se pode negar suas existências, pois estão visíveis, inclusive com o número do CRC/BA, tendo como profissionais os contadores Lourival dos Santos Silva CRC/BA 010211 e Lourival dos Santos Silva Junior CRC/BA 041706.

Cobra ainda o e. Pregoeiro, em sua decisão desclassificatória, o dever de a licitante, ora RECORRENTE, **acostar a comprovação de inscrição do profissional contábil que assina o documento, e que o mesmo segue sem autenticação própria ou digital da própria JUCEB. Dispositivos inexistentes na letra do Edital.**

Indubitavelmente, o Edital não exige tal comprovação. Exige apenas a assinatura do profissional. No caso de suscitar dúvidas quanto a legitimidade do profissional contador, o Pregoeiro deve diligenciar, consultando o site do CRC/BA, em ACESSO PÚBLICO – CONSULTA CADASTRAL - *Consulta ao cadastro de profissionais e empresa registrados no Conselho em:* <https://servicos.crcba.org.br/spwBA/ConsultaCadastral/Principal.aspx>, que obterá as seguintes telas:

Profissional 1 – Lourival dos Santos Silva – CRC/BA 010211

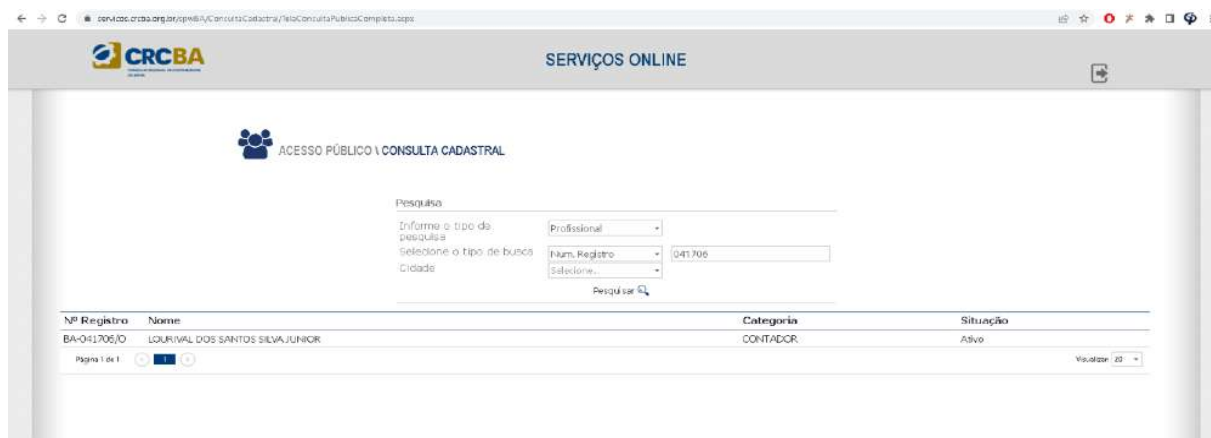
N.º Registro	Nome	Categoria	Situação
BA-010211/O	LOURIVAL DOS SANTOS SILVA	CONTADOR	Ativo

Este documento foi assinado digitalmente por Kayro Dos Santos Silva.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 150E-7577-993C-87F7.



E, profissional 2 – Lourival dos Santos Silva Junior – CRC/BA 041706



The screenshot shows the CRCBA website interface. At the top, there is a search bar with the following fields: 'Informe o tipo de pesquisa' (dropdown menu set to 'Profissional'), 'Selecione o tipo de busca' (dropdown menu set to 'Num. Registro'), and 'Cidade' (dropdown menu). The search criteria are: 'Num. Registro' is '041706'. Below the search bar, there is a table with the following data:

Nº Registro	Nome	Categoria	Situação
BA-041706/D	LOURIVAL DOS SANTOS SILVA JUNIOR	CONTADOR	Ativo

At the bottom of the table, it says 'Página 1 de 1' and 'Visualizar 12'.

Ademais, segundo o Pregoeiro, **o balanço também não possui termo de abertura e de encerramento, havendo apenas a escrituração simplificada em peça única.** Tal observação denota o total desconhecimento da matéria sob julgamento, vez que não existe Termo de Abertura e de Encerramento em Balanço Patrimonial. Poderá dispor dos respectivos termos, sim, no Livro Diário e Livro Razão, mesmo assim não é mais obrigatório para efeito de registro dos livros nas Juntas Comerciais de todo o País.

Portanto, infundada tal sentença desclassificatória, pois, carente de conhecimento, o que não se pode julgar no escuro, por ignorância sobre assuntos específicos do contexto contábil, em prejuízo dos licitantes fornecedores e também dos compradores, neste caso, ferindo os princípios constitucionais da economicidade, isonomia e da proposta mais vantajosa para a administração pública, insertas no Art. 37, Inciso XXI, da Constituição Federal de 88, desclassificando a melhor proposta de R\$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais), em benefício de outra de R\$ 141.900,00 (cento e quarenta e um mil e novecentos reais), 51,00% (cinquenta e um por cento) mais caro e dispendiosa para a municipalidade, por razões fúteis e resultantes de inteira desinformação.

Por fim, acusa o r. Pregoeiro da RECORRENTE ter apresentado a demonstração contábil, além de **precária, havendo apenas a escrituração simplificada em peça única.**

Outro ledô engano da autoridade sobre os autos.

Legalmente, os registros contábeis do Livro Diário, de empresas sob a opção tributária do simples nacional, como é o caso da RECORRENTE, são perante a Junta Comercial, enquanto que as de lucro presumido, arbitrado ou lucro real, são registrados e publicizados perante a Receita Federal, através da SPED Contábil e Fiscal, comprovados pelo recibo de entrega, neste último, de forma exclusivamente digital.

Desse modo, o Livro Diário, da empresa optante do simples nacional, é composto, além da escrituração do próprio livro diário, do Balancete Acumulado Anual Analítico, do Balanço Patrimonial, do Demonstrativo de Resultado do Exercício, do Demonstrativo de Lucros e Prejuízos, das CHPs – Certidão de Habilitação Profissional dos Contadores, e por nossa escolha, os respectivos Termos de Abertura e Encerramento, comprovado a autenticação pelo órgão competente do Registro do Comércio através de chancela numeral



ou perfuração e reconhecido pelo conselho regional de contabilidade, nos termos da Resolução CFC 1.402/2012 do Conselho Federal de Contabilidade.

Então, como podem ver, tem que ser peça única e quando se extrai qualquer de suas peças, do conjunto, a mesma sai apenas, no caso da RECORRENTE, da perfuração, demonstrando autenticidade, legitimidade e confiança ao documento, pois, o carimbo, ou a sequência numeral de protocolo e Termo de Autenticação se afiguram somente no Termo de Abertura e de Encerramento da peça única, como denominou o r. Pregoeiro.

Ao contrário da decisão proferida pela douta e ilibada comissão de licitação, a RECORRENTE encontra-se totalmente HABILITADA, vez que, a mesma atendeu plenamente os requisitos editalícios, no que concerne a qualificação econômico e financeira, cumprindo o que disciplina o item 9.3.3, indo mas além, mesmo que, sem previsão editalícia a RECORRENTE coadunou os termo de abertura e encerramento do livro diário, juntamente com a CRP de seu profissional contábil.

É cediço que a Administração não pode exigir de pretensos licitantes, a qualificação econômica e financeira de maneira em separado, vez que, tal qualificação será auferida por conjunto de situações e condições ensejadas no art. 31 da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores. Não pode haver exigências apenas na cabeça do pregoeiro, julgando certames, é imperativo que os requisitos editalícios estejam escritos no inteiro teor do Edital, cujo instrumento convocatório se faz lei entre os partícipes do processo licitatório.

Assim Sendo, a decisão por inabilitar a RECORRENTE, por exigências fictícias, que está apenas na memória do pregoeiro, vai de encontro aos ditames legais e requisitos propostos pela própria municipalidade, ferindo de morte o princípio da vinculação ao ato convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos outros princípios correlatos, economicidade, isonomia e proposta mais vantajosa para a administração pública.

Por tanto, podemos perceber que a decisão do nobre Pregoeiro, presidente desse certame, estar indo de encontro ao que disciplina o edital elaborado pela municipalidade, vez que, coloca medidas e condições para satisfazer as exigências contidas no mesmo, e julga a RECORRENTE por outra trena, pra não dizer de forma atabalhoada, nesse sentido, o julgamento da RECORRENTE deverá dar-se em conformidade ao item 9.3.3., que se limita a exigir apenas o Balanço Patrimonial, com assinatura do profissional contador e não de comprovação de inscrição profissional contábil, omitindo inclusive sobre o Livro Diário e suas peças, como DRE, DLP, Memorial de cálculo dos índices de liquidez, etc..

Seguir pelo que está na letra do Edital e não no que está na cabeça do Pregoeiro ou autoridade julgadora.

Isto posto, não há que se falar em entendimento diverso, é a máxima: "Não é dado ao intérprete alargar o espectro do texto legal, sob pena de criar hipótese não prevista" (Ivan Rigolin). O professor Toshio Mukai, pontua "Onde a lei não distinguiu, não cabe ao intérprete fazê-lo".

Ainda assim, percebendo a insegurança do r. Pregoeiro sobre o assunto, afim de auxiliá-los no julgamento, enviamos pelo e-mail licitacoes@sebastiaolaranjeiras.ba.gov.br o Livro Diário Completo da RECORRENTE, autenticado e chancelado pela Junta Comercial do Estado da Bahia, completo, com todas as peças citadas alhures, como documento suficiente para dirimir todas as suas dúvidas, e mesmo assim, curiosamente, fomos surpreendidos com a decisão parcial e nociva ao interesse público do município, de desclassificar a RECORRENTE.



Uma lição se impõe nesta questão, a do saudoso Prof. He!y Lopes Meirelles, em sua obra "Licitação e Contrato Administrativo", "**Nada se pode exigir ou decidir além ou aquém do edital, porque é a lei interna da concorrência e da PREGÃO PRESENCIAL**"

III - DA LEGALIDADE

Inicialmente, cabe destacar que a licitação encontra-se subjugada aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, com previsão no art. 30 da Lei 8.666/93, alterada e consolidada, in verbis:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

De acordo com o § 1º, inciso 1, do art 3º, da Lei nº 8666/93, é vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório encontra previsão no caput do art.41 da Lei nº 8.666/93, impondo à Administração o dever de cumprir as normas e condições previamente fiadas no edital ao qual se acha estritamente vinculada, litteris:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

Sobre o princípio da vinculação ao edital, validos os doutrinários de Maria Sylvia Zanelia Di Pietro:



Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n. 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso 1).

Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou.

Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.

Se o instrumento de convocação, normalmente o edital tiver falha, como é o caso desse Instrumento Editalício, pode ser corrigido, desde que oportunamente, mas os licitantes deverão ter conhecimento da alteração e a possibilidade de se amoldarem a ela.

Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige ou exigir o que ele se omite, como, por exemplo, a dispensa ou exigência de documentos.

Como bem destaca Fernanda Marinela, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório leva à assertiva de que o edital é a lei interna da licitação:

Como princípio específico da licitação, tem-se a vinculação ao instrumento convocatório. O instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação. Acta ele estritamente vinculada, conforme previsto no art. 41 da lei. [grifos acrescidos]



Segundo Hely Lopes Meireiles, o edital "é lei interna da licitação" e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu. [grifos acrescidos]

Demais disso, as orientações e jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre Licitações e Contratos são bastante elucidativas no que se refere à necessidade de vinculação não só do certame, mas também do próprio contrato e de sua execução ao instrumento convocatório:

O deferimento do presente recurso, por todos os motivos aqui expostos, é medida que se impõe!

IV - DO PEDIDO

Na esteira do exposto, requer-se seja julgado provido o presente recurso, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade da decisão hostilizada, como de rigor, admita-se a habilitação da RECORRENTE, já que habilitada a tanto a mesma está.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que esse prezado Pregoeiro reconsidere sua decisão, bem como a partir desta data incline - se no sentido da não exigências demasiadamente ilegais, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, ao Prefeito Municipal, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93.

Nestes Termos
P. Deferimento

Salvador - BA, 30 de junho 2022

KAYRODOS SANTOS SILVA
CPF: 058.544.345-98
Representante Legal





PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/150E-7577-993C-87F7> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 150E-7577-993C-87F7



Hash do Documento

3CB8A78242FAE089EB2C157D9E91A2989D883E0EFB64CC0829B4C5336C3DAEB4

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/06/2022 é(são) :

- Kayro Dos Santos Silva (Signatário) - 058.544.345-98 em
30/06/2022 10:47 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital



29/06/2022 11:09

Solicitação de Esclarecimento referente ao Pregão 22/2022 [PASTA 21642 - VITANET] - licitacoes@sebastiaoaranjeiras.ba...

**Solicitação de Esclarecimento referente ao Pregão 22/2022 [PASTA 21642 - VITANET]**

De: cadastro@vitanet.net.br

Para: licitacoes@sebastiaoaranjeiras.ba.gov.br

Cópia:

Cópia oculta:

Assunto: Solicitação de Esclarecimento referente ao Pregão 22/2022 [PASTA 21642 - VITANET]

Enviada em: 29/06/2022 | 08:26

Recebida em: 29/06/2022 | 08:26

Boa tarde senhores,

Em análise ao edital observamos que no mesmo menciona que esse processo se trata de um Registro de Preços, entretanto não cita qual a validade desse Registro.

Por este motivo buscamos esclarecer se este processo realmente se trata de um Sistema de Registro de Preços, e se sim, qual é a validade do mesmo.

Agradecemos vossa atenção e ficamos no aguardo de um retorno.

Cordialmente,

Gabriel Ferreira

VITANET CCOMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS & TRANSPORTES RODOVIÁRIOS EIRELI-EPP
-----



**ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO
TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022TP
CONTRATO N.º 112/2022**

A Prefeitura Municipal de Sebastião Laranjeiras, estado da Bahia, inscrita no CNPJ de nº 13.982.616/0001-57, autoriza a empresa **HFG COSNTRUTORA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 38.948.746/0001-02, com sede à R MARIA CÂNDIDA DE JESUS, 15 - SALA - CEP 46.100-000 - BAIRRO OLHOS D'ÁGUA - BRUMADO - BA, através do **Contrato nº 112/2022**, celebrado entre as partes de acordo com a **TOMADA DE PREÇO 004/2022TP**, a dar início aos serviços de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CIVIL PARA CONSTRUÇÃO DE ARENINHA SOCIETY 50x30M NO DISTRITO DE MANDIROBA CONFORME CONVENIO 47/2022 ENTRE SUDESB E O MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA**, atendendo rigorosamente, obedecendo aos padrões técnicos, anexos e partes integrantes descritos no Edital N.º 004/2022TP, conforme objeto do contrato nº 112/2022. O valor total dos serviços referente à obra será de R\$ 844.889,56 (Oitocentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove reais e cinquenta e seis centavos), com prazo de execução conforme contrato N.º 112/2022, contados a partir do recebimento desta.

Observação 01: A empresa contratada, anteriormente à execução de qualquer serviço constante na planilha orçamentária, deverá realizar um relatório fotográfico detalhado do estado atual e posterior (antes e depois) das etapas contidas no cronograma de execução. A não apresentação deste relatório poderá implicar na não realização dos boletins de medição de obra.

Sebastião Laranjeiras – Bahia, 10 de junho de 2022.

PEDRO ANTÔNIO PEREIRA MALHEIROS
PREFEITO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BAHIA

MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS / BA – CNPJ: 13.982.616/0001-57
Rua Dois de Maio, 453 - Centro, Sebastião Laranjeiras - BA, CEP: 46.450-000
Fone: (77) 3668-2243 – www.sebastiaolaranjeiras.ba.gov.br
gabinete@sebastiaolaranjeiras.ba.gov.br



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Assinatura digital ICP-Brasil em conformidade com a MP nº 2.200-2/2001 gerada pelo software de propriedade da PROCEDE BAHIA Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA, protegido pela Lei nº 9.609/98, regulamentado pelo DECRETO Nº 2.556 e devidamente registrado no INPI sob o número BR 512016000188-7 publicado na Revista da Propriedade Industrial nº 2387.

Para verificar as assinaturas clique no link: <http://www.procedebahia.com.br/verificar/A05B-16C0-BCEC-C163-5980> ou vá até o site <http://www.procedebahia.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A05B-16C0-BCEC-C163-5980



Hash do Documento

99228899b7a5ef2a58b3daf7f01173f5d25fad834e2d497cf9d1d3e28a9bb9dd

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/06/2022 é(são) :

Tipo: Certificado Digital ICP-Brasil

Responsável: PROCEDE BAHIA Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos Ltda

CNPJ: 18.195.422/0001-25

Assinado em: 30/06/2022 15:48 UTC-03:00